



O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Júnior. Bloco/PP - TO) - Bom dia a todos e a todas.

Declaro iniciada a 21ª Reunião Extraordinária de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada em atendimento ao art. 17 da Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual para o período de 2020 a 2023 e estabelece a apresentação dos resultados e recomendações do Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas e do Relatório Anual de Monitoramento do Plano Plurianual 2020-2023, após o encaminhamento dos respectivos relatórios a esta Comissão por representante do órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal.

Compõem a Mesa o Sr. Gustavo Guimarães, Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento; o Sr. Sergio Firpo, Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento; e o Sr. Fernando Sertã Meressi, Diretor de Coordenação do Sistema de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 15, inciso III, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para sua exposição.

Conforme estipulado no art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, terminada a apresentação dos expositores, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar poderão fazê-lo, estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos.

Informo ainda que as apresentações dos palestrantes, quando houver, serão disponibilizadas na página da Comissão.



A lista de inscrição para o debate está aberta.

Passo a palavra para o Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, o Sr. Gustavo Guimarães.

O SR. GUSTAVO GUIMARÃES - Bom dia a todos. É uma honra estar com os senhores nesta audiência.

Deputado, muito obrigado por nos receber.

O Deputado bem colocou que nós temos a obrigação legal de fazer esta prestação de contas. Ela está incluída na atual lei do PPA, no art. 17. E é importante lembrar também que a Emenda Constitucional nº 109 estabeleceu pela primeira vez na nossa Constituição Federal, de forma explícita, a necessidade da prestação de contas, do monitoramento e da avaliação de políticas públicas.

Vou ler o art. 165, § 16: "*As leis de que trata este artigo*" — PPA, LDO e LOA — "*devem observar, no que couber, os resultados do monitoramento e da avaliação das políticas públicas previstos no § 16 do art. 37 desta Constituição*".

Eu preparei uma breve apresentação, uma introdução dos assuntos de que os Secretários vão tratar.

Temos dois relatórios para apresentar aos senhores: o Relatório de Avaliação de Políticas Públicas e o Relatório de Monitoramento do Plano Plurianual — PPA.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu falei na emenda constitucional, mas o que é mais importante, além da própria determinação legal e constitucional, Deputado, é o monitoramento e a avaliação. Isso está na nossa Constituição e nas nossas leis não por acaso. Vários estudos, sejam da academia, sejam práticos, mostram que as decisões baseadas em evidências são importantes.

Quando fazemos uma política pública, é importante fazer também sua avaliação, tanto a avaliação que chamamos de *ex post*, feita para analisar se a política pública realmente tem sido eficiente, eficaz, se está funcionando, quanto a avaliação que chamamos de avaliação *ex ante*, um trabalho que está sendo



desenvolvido no Executivo com a liderança da Secretaria de Monitoramento e Avaliação. O Prof. Sergio Firpo veio da academia e conhece bastante essa agenda, Deputado. Ele vai falar um pouco sobre isso. A avaliação *ex ante* também é importante. Quando vamos propor uma política pública, é preciso que já tentemos antecipar sua repercussão. Isso é fazer política pública com base em evidências.

Para finalizar a minha participação — vou ser bastante breve —, quero abordar dois pontos. No contexto atual, temos a tramitação da LDO e da LOA e um novo regime fiscal, sustentável. Sabemos da importância das finanças públicas, isto é, da importância de fazermos as políticas públicas, as políticas sociais, com responsabilidade fiscal. Temos um desafio bastante grande, que é manter as contas públicas em ordem. Para isso, avaliação e monitoramento são muito importantes, porque a avaliação vai trazer efetividade e eficácia para os gastos públicos. Acreditamos que esse é um grande instrumento, inclusive de responsabilidade fiscal.

O Estado brasileiro tem avançado muito na avaliação de políticas públicas nos últimos anos. Acredito que o Sergio vai tratar disso em mais detalhe. No Executivo, Deputado, uma portaria estabelecia isso. Nós fomos avançando, e, como eu coloquei, hoje temos tanto na lei do PPA quanto na própria Constituição Federal essas exigências de avaliação e monitoramento das políticas públicas. A apresentação do nosso Diretor Sertã também vai tratar um pouco do monitoramento do PPA.

Agora temos um desafio com a recriação do Ministério do Planejamento e, pela primeira vez, com a criação de uma Secretaria específica. Hoje temos uma Secretaria dedicada ao planejamento, onde temos a Secretaria Leany, aqui representada pelo nosso Diretor Fernando Sertã, e uma Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, com o Secretário Sergio Firpo. Esse é um avanço muito grande.



Outro ponto interessante foi que, com esse novo desenho ministerial, ampliamos o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, incluímos novos Ministérios. Agora ele tem um caráter ainda mais amplo dentro do Executivo Federal.

E, para fechar, o ponto importante, que nos traz aqui hoje, além da exigência legal de comparecermos aqui, é que a CMO é o fórum, é o *locus* para esta discussão. Sabemos que a avaliação de políticas públicas, o monitoramento, a melhoria do gasto público não podem ser feitos sem a participação do Legislativo. Sabemos que grande parte desse trabalho é feito com o Legislativo, por isso viemos apresentar um pouco do Ciclo 2022, o último ciclo.

Termino agradecendo a oportunidade, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentino Júnior. Bloco/PP - TO) - Agradeço ao Dr. Gustavo Guimarães a explanação breve, mas com muito conteúdo.

Passo agora a palavra ao Sr. Sergio Firpo, Secretário de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Planejamento e Orçamento.

O SR. SERGIO FIRPO - Bom dia a todos os presentes.

É uma honra estar na Câmara para falar sobre avaliação de políticas públicas.

Primeiro eu queria saudar o Deputado Vicentino Júnior, os meus colegas do Planejamento aqui na Mesa, o Gustavo e o Sertã, e os demais colegas presentes, sobretudo os da Secretaria de Monitoramento e Avaliação, o Henrique, a Camila, a Mirella e o Daniel, que vieram prestigiar esta entrega, senhores e senhoras, do relatório que formalmente foi entregue em agosto, mas que hoje temos a oportunidade de explicar.

Eu também trouxe uma apresentação, que gostaria de compartilhar aqui.

(Segue-se exibição de imagens.)

Como o Secretário Gustavo mencionou, a Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas é nova e tem trabalhado como Secretaria Executiva do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas —



CMAP. O CMAP é composto de cinco Ministérios: o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Gestão, a Casa Civil e a CGU.

O CMAP faz parte desse arcabouço institucional de enraizamento das avaliações dos programas e das políticas públicas, mas ele não é o único objeto de atenção da nossa Secretaria. A nossa Secretaria tem trabalhado também com avaliações *ex ante*, como o Gustavo mencionou, ou seja, avaliações que ocorrem antes mesmo de a política ser lançada. Temos trabalhado em parceria com diversas Secretarias e Ministérios do Executivo Federal e estamos à disposição para participar mais intensamente dos trabalhos do Congresso, com projetos de lei que precisem passar por uma avaliação *ex ante* de propostas de políticas públicas. Nós temos desenvolvido na Diretoria do Daniel Grimaldi uma ferramenta para que essa avaliação *ex ante* nos permita identificar potenciais falhas que as políticas podem ter no que diz respeito ao seu objetivo: será que elas estão de fato condizentes com as prioridades do Plano Plurianual e que a população alvo é de fato a população que vai ser atingida com o desenho da política. Esse é um momento importante para pensarmos na política, antes de passarmos a usar recursos públicos para financiá-la.

Também temos feito mudanças na própria forma de avaliação do Executivo Federal. O CMAP trabalhava com avaliações longas, que temos alterado para avaliações curtas, denominadas de avaliação executivas. São diversas as formas de avaliar uma mesma política. Olhamos para a implementação, para o desenho, para a efetividade, para a execução orçamentária e financeira do programa. Num período mais curto, fazemos essa síntese, que é importante para que depois possamos fazer avaliações de efetividade, por exemplo, avaliações mais aprofundadas em algum aspecto da política.

Como o Gustavo mencionou, temos criado ao longo dos anos esse arcabouço institucional, que é importante para mostrar que a avaliação de políticas públicas pode ser entendida como uma ferramenta de Estado. Ela começou em



2015, com o GTAG, esse grupo de avaliação de gastos do Governo Dilma Rousseff, e passou por várias etapas até o Governo atual.

Essa institucionalização do processo de avaliação dentro do Executivo é importante, e a cultura de avaliação tem se espreado. Hoje, ela nos permite dizer que temos conseguido fazer a autoavaliação de políticas públicas em diversas instâncias do Executivo. Vários Ministérios têm departamentos de avaliação das suas próprias políticas. Mas isso não significa que o centro do Governo não deva fazer a avaliação dessas políticas públicas, inclusive para ter entendimento sobre o sombreamento e para fazer a coordenação das políticas, a fim de evitar que políticas muito similares e com os mesmos objetivos sejam desenvolvidas por Ministérios diferentes. Então, a institucionalização da avaliação tem ganhado força nos últimos anos.

Houve algumas mudanças no CMAP, nesse conselho que eu mencionei, desde que nós assumimos a Secretaria Executiva. Algumas mudanças que nós trouxemos têm a ver com a introdução de critérios para seleção das políticas. Antes, as políticas eram selecionadas basicamente pela questão orçamentária. Hoje, nós temos dois outros pontos mais fortes, que são a relevância e a transversalidade. Elas contribuem com metade do peso para a seleção anual das políticas para avaliação.

O que nós trouxemos no relatório que foi apresentado em agosto deste ano é o que chamamos de Ciclo 2022. Para o Ciclo 2022, as políticas foram selecionadas ao fim de 2021. Durante o ano de 2022 a avaliação foi conduzida, e os relatórios foram concluídos no primeiro semestre deste ano. Esse é o chamado Ciclo 2022. Já iniciamos o processo de avaliação do Ciclo 2023, cujas políticas foram selecionadas ao fim do ano passado. Dessa forma temos conduzido os trabalhos no CMAP. Nesses relatórios de avaliação que nós fazemos estão as políticas públicas que são avaliadas e os relatórios que são apresentados, mas também as recomendações sobre reformulações das políticas públicas. No Ciclo 2022, o CMAP ofereceu uma série de recomendações gerais, ou



macrorrecomendações, para o aperfeiçoamento das políticas públicas. É importante notar que o processo de avaliação é relevante para que as políticas públicas possam ser aperfeiçoadas em seu desenho e em seu redesenho.

Esta é a lista das políticas públicas que foram avaliadas. Lembro que o CMAP tem a obrigação legal de avaliar os programas do PPA, então aqui nós temos as políticas públicas que pertencem a programas específicos. Ali está a numeração específica do PPA, quem coordenou a avaliação e quem executou a avaliação no período.

Estas foram as políticas públicas avaliadas. Eu vou passar rapidamente os eslaides, porque eles vão ficar disponíveis.

O CMAP classifica em políticas de gastos diretos e de subsídios, em torno de meio a meio. São 15 políticas, 8 de gastos diretos e 7 de subsídios. Isso muda ao longo do tempo, mas metade das políticas são de subsídios. Isso é importante. E em torno de 6% do PIB correspondem aos subsídios que podem ser pensados como gastos tributários, benefícios financeiros e creditícios.

A letra aqui está muito pequena, então os senhores não vão conseguir ler. Esta tabela mostra nas colunas as políticas e nas linhas as macrorrecomendações associadas a cada uma dessas políticas. Tudo isso se encontra no relatório que foi disponibilizado para os senhores e senhoras.

Eu vou terminar em 10 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Júnior. Bloco/PP - TO) - Fique à vontade, Dr. Sergio. Use o tempo que for necessário.

O SR. SERGIO FIRPO - Está bem. Obrigado.

Sobre os aprimoramentos para o Ciclo 2023, temos trabalhado com diferentes executores. Temos avaliações executivas. Não está tudo concentrado em apenas um executor, o que é importante para que as especialidades sejam utilizadas ao máximo. Nem todo mundo conhece tudo, então buscamos especialistas para fazer essas avaliações. Temos trabalhado muito proximamente dos órgãos gestores das políticas públicas. Acho que essa é uma mudança



importante. Para garantir que depois as recomendações sejam incorporadas pelos órgãos gestores, é importante que se faça esse trabalho conjunto. Desde o início da avaliação eles participam com os coordenadores e também com os executores na definição do escopo de avaliação, para que no futuro as recomendações possam ser utilizadas pelos órgãos gestores, que vão entender o processo avaliativo como algo orgânico e não como um comando de centro de Governo. Temos feito esse processo inteiro. Começamos com oficinas, com a participação dos gestores... Temos compartilhado produtos intermediários e feito diversas reuniões para discutir os resultados preliminares. Depois, o próprio conjunto de recomendações é discutido com esses gestores.

Este eslaide trata um pouco dos tipos de avaliação, como a avaliação executiva. Já falei sobre isso, então vou passar.

Aqui, algo que nos orgulha, Deputado, que é o trabalho de disseminação das avaliações. Todos esses relatórios estão públicos, ficam disponíveis, mas eles têm sido pouco acessados pela população. O que temos feito, portanto, é um trabalho de traduzir os relatórios em pequenas peças, em peças de mais fácil leitura para a população. Cada avaliação se torna, no final das contas, uma folha, em frente e verso, que contém todas as informações sobre as avaliações. Nós chamamos este projeto de projeto coloridinhos, porque cada uma dessas avaliações tem uma cor específica. Eu trouxe diversas cópias de um exemplo delas. Entrego ao Deputado. Há outras cópias para os Parlamentares que tiverem interesse em absorver esses resultados de uma maneira muito mais fácil do que ler um relatório de avaliação inteiro.

E aqui está a lista das pessoas que ajudaram, que estão no comando da Secretaria e ajudaram nesse processo de avaliação das políticas públicas.

Eu queria agradecer, em particular, à Diretora Camila, que toma conta de toda essa parte da Secretaria Executiva do CMAP.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Júnior. Bloco/PP - TO) - Agradeço a presença e a fala do nosso querido Dr. Sergio Firpo, a quem parablenizo. A população brasileira tem necessidades gritantes, muitas vezes por falta de informação e de conhecimento técnico. Não sabe o que é desoneração de folha ou desoneração de um item da cesta básica, não sabe o que é o orçamento discutido aqui. Então, quanto mais didática e mais simplificada puder ser a informação, melhor, para que ela chegue a quem de fato interessa. Isso é importante e é louvável.

Agora passo a palavra ao Dr. Fernando Sertã Meressi, Diretor de Coordenação do Sistema de Planejamento.

O SR. FERNANDO SERTÃ MERESSI - Bom dia, Deputado Vicentinho Júnior. Bom dia, meus colegas Gustavo Guimarães, Secretário Sergio Firpo, colegas do Ministério, colegas da SEPLAN.

É um grande orgulho estar aqui hoje apresentando os resultados do Plano Plurianual para o Congresso Nacional.

No Plano Plurianual, nós transformamos as principais políticas públicas do Governo em objetivos e metas e acompanhamos o andamento desses resultados e dessas entregas que o Governo faz. É isto o que o Plano Plurianual faz: planeja e depois monitora e avalia. E, por ser uma lei, tem a contribuição do Congresso Nacional também, tanto no planejamento quanto depois, quando apresentamos aqui os resultados.

Eu também preparei uma apresentação.

(Segue-se exibição de imagens.)

No Plano Plurianual, conforme diz a Constituição, estão estabelecidas as diretrizes e os objetivos e metas para as despesas. Então, ele está muito relacionado ao Orçamento.

E o que monitoramos no Plano Plurianual? Neste Plano Plurianual que está acabando este ano, nós monitoramos 70 programas, 70 metas, 70 objetivos e 344 resultados intermediários, que são produtos entregues para a sociedade, para



identificar restrições, propor soluções a esses entraves, aprimorar as políticas públicas, promover a transparência dos resultados do Governo e retroalimentar o PPA, a LDO e a LOA.

Como o Plano Plurianual tem mais de 400 metas, não dá para apresentarmos todas aqui. Então, nós fizemos consolidações. Os resultados de todas essas metas estão neste relatório, que está disponível na Internet e foi encaminhado ao Congresso Nacional. Em termos consolidados, em 2022, 60% dos indicadores do PPA apresentaram melhoras; 24% pioraram; 6% ficaram estáveis; e 10% são metas qualitativas.

Quanto ao desempenho das metas, em 2022, 58% das metas foram alcançadas; 35% não foram alcançadas; e 7% não têm indicador para acompanhamento.

As principais restrições para que os Ministérios não alcancem a meta — quando não alcançam a meta, eles informam o porquê — são: falta de orçamento; falta de pessoal; desenho da política no marco legal precisando de ajustes; falta de divulgação da política; falta de capacitação. Em 2022, ainda sofremos um resquício da COVID-19 e da falta de pessoal. Essas foram as principais restrições apontadas pelos Ministérios.

Os resultados intermediários são aquela camada gerencial do PPA, em que detalhamos os programas. Das metas dos resultados intermediários, 59% foram alcançadas no ano passado, e 41% não foram alcançadas. Novamente, a COVID-19 ainda foi uma das principais restrições apontadas, porque ela influenciou muito também aquelas metas cumulativas. O PPA tem muitas metas cumulativas, metas para até 2027. Então, se eu comprometo a meta em 2020 e em 2021, isso afeta todas as metas. Acontece muito isso também.

Estes são alguns exemplos das metas que mencionei. Nós estamos falando das principais entregas para a sociedade: empreendimentos de abastecimento de água concluídos; empreendimentos de esgotamento sanitário; famílias beneficiadas com provisão de moradia digna; crédito rural; linhas de transmissão



de energia; acesso à banda larga nas escolas; atendimento de crianças de zero a 6 anos; Bolsa Família. São essas as metas que acompanhamos. Então, são metas muito importantes.

Aqui nós selecionamos só três delas. Uma dessas metas é a de famílias beneficiadas com a provisão de moradia digna, que é uma meta cumulativa. Até 2022, 1,2 milhão de famílias foram beneficiadas. No que diz respeito às linhas de transmissão, nós vemos que 24 mil quilômetros delas foram adicionadas ao sistema no período do PPA até 2022. Esta é uma meta não cumulativa: acesso à banda larga nas escolas. Nós vemos que 70% das escolas estão com banda larga, um resultado abaixo da meta. Aí entra também a questão orçamentária. No caso da banda larga, a principal restrição apontada foi a restrição orçamentária.

Aqui vemos os recursos envolvidos no PPA. Foram executados, em 2022, 450 bilhões de reais em programas de gestão e 2 trilhões de reais em programas finalísticos, totalizando cerca de 2 trilhões e 400 bilhões de reais. Esse é o recurso anual executado pelo PPA, que tem como principal fonte o Orçamento da União, cerca de 70%.

Estes são os investimentos plurianuais prioritários, que são definidos pela lei do PPA. Nós acompanhamos 30 projetos que são muito relevantes, projetos que já tinham uma continuidade: ou já estavam sendo finalizados, ou já estavam em andamento. Era importante o Governo priorizar esses programas. Nós estamos falando aqui da transposição do Rio São Francisco, do Laboratório Sirius, da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, de dez BRs muito importantes, do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, do desenvolvimento de cargueiros KC-390, de caças FX-2 e de submarinos a propulsão nuclear. Então, nós estamos falando de investimentos muito importantes, de investimentos grandes.

Quais serão os próximos passos? O que eu falei até agora foi a respeito dos resultados de 2022 e do PPA atual, que termina este ano. Neste eslaide estão os próximos passos. Do PPA 2024-2027, que trouxe uma série de inovações, eu gostaria de destacar seis prioridades previstas em lei: o combate à desigualdade



de renda e à fome; o PAC; a educação básica; a saúde, incluindo a atenção básica e a atenção especializada; o enfrentamento da emergência climática; e a neointustrialização. São essas as seis prioridades que estão na lei agora. Também há as cinco agendas transversais, que são focadas em públicos vulnerabilizados, para não deixarmos ninguém para trás: povos indígenas, mulheres, crianças e adolescentes, igualdade racial e agenda ambiental.

Quero dizer também que esse PPA contou com forte participação popular. Nós fizemos 27 reuniões em todos os Estados, três fóruns interconselhos em Brasília, uma plataforma que recebeu 4 milhões de acessos. Foi um plano que foi construído ouvindo-se bastante a sociedade e que agora está aqui no Congresso Nacional recebendo as contribuições dos Parlamentares.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Júnior. Bloco/PP - TO) - Agradeço ao Dr. Fernando e a toda a equipe do Ministério.

Eu falo sempre que o Orçamento é uma peça democrática, apartidária e não ideológica e que tem que caber o Brasil inteiro dentro dele. A confecção do PPA foi um trabalho do colega Deputado Bohn Gass; o relatório da LDO está sendo realizado pelo Relator Danilo Forte; e o Deputado Luiz Carlos Motta, que acabou de sair daqui, é o Relator da LOA. Isso mostra que Parlamentares de partidos distintos, Parlamentares da base do Governo e de oposição ao Governo trabalham de forma sintonizada pelo bem maior, que é o bem do nosso País.

Em virtude de já termos muito bem debatido, nesta Comissão, o nosso PPA, com a participação das equipes dos senhores e de vários membros da Comissão de Orçamento, eu agradeço muito esta breve e importante audiência pública.

Não havendo mais inscritos para debater o tema do PPA, eu encerro esta audiência, agradecendo o comparecimento de todos os convidados e de todos os Srs. e Sras. Parlamentares, dos assessores e dos servidores das duas Casas Legislativas.



A reunião está encerrada.